

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação de Trabalho Infantil do Município de Santos – CM-PETI. Ao décimo quinto dia do mês de abril de dois mil e dezesseis, às nove horas e trinta minutos, na Casa de Participação Comunitária, sito à Av. Rei Alberto I, n. 119, Ponta da Praia, em Santos – São Paulo, com a presença dos integrantes da Comissão, cujas assinaturas constam em lista de presença que faz parte desta ata. Com a palavra à Coordenadora Sra. Marina dá início a reunião com o pedido de apresentação dos presentes. Logo depois a Sra. Taís Aguiar da Secretaria Municipal da Defesa e Cidadania, comunicou que foi levado à Secretaria Executiva do CMDCA as questões relevantes que surgiram nas reuniões anteriores da CMPETI, mas que até presente momento não obteve devolutiva da reunião que foi agendada entre a presidência do CMDCA e a Secretaria Municipal de Assistência Social. A Coordenadora Sra. Marina resgatou sobre a denúncia realizada por um munícipe durante a reunião da CMPETI que ocorreu no mês de fevereiro deste presente ano. A mesma também mencionou o ofício 149/2016, no qual o Conselho Tutelar da Zona Leste apontou em relação a diferentes denúncias de crianças e adolescentes na prática de trabalho infantil, bem como foi destacado o procedimento utilizado no momento do atendimento à denúncia, sendo efetuado através da Guarda Municipal. Sra. Luci Freitas – Colaboradora, relatou que a abordagem social a crianças e adolescentes deverá sempre ser realizada por técnicos que estão preparados para tal tarefa e que avalia que a Guarda Municipal atualmente não possui as condições necessárias, pois não recebem capacitações para realizar o atendimento adequado às denúncias efetivadas por diversas fontes. Sra. Taís Aguiar destacou a discrepância entre as respostas e conteúdos entre ofícios 149/2016 e 4173/2015 sendo necessário refletirmos sobre as lacunas existentes, pois foi verificado o tímido número de denúncias em comparação ao período de 2016, entre os meses de janeiro e fevereiro. Sra. Taís Aguiar também apontou para a necessidade da continuidade das reuniões descentralizadas entre os Conselhos Tutelares e a Secretaria Municipal de Assistência Social, uma vez que existem diversas brechas no que tange a temática do trabalho infantil e de igual maneira, ressaltou a importância de reafirmar e conhecer o fluxo de atendimento e quais os procedimentos construídos. Sra. Rejane Oliveira, Chefe de Departamento da Proteção Social Especial – SEAS destacou a necessidade de ser realizada uma conversa aberta entre todos os envolvidos com o tema do Trabalho Infantil, para que seja avaliado o que de fato está ocorrendo: Quais são as dificuldades encontradas? Como está o fluxo de atendimento? Sra. Luana NG – Secretaria Municipal de Segurança Pública - SESEG, disse que no passado foi sugerida uma conversa com a

36 Guarda Municipal e isso não ocorreu. Sra. Rejane Oliveira pontuou que durante o ano de
37 2015 foram realizadas algumas reuniões entre a Guarda Municipal e a Secretaria de
38 Assistência Social, e foi informado de que a Guarda Municipal não possui dados
39 estatísticos, sendo que estes dados são de suma importância para subsidiar a construção
40 de novas estratégias. Sra. Taís Aguiar resgata que ainda existe um ranço entre o
41 entendimento entre realizar um boletim de ocorrência por conta de situações de pessoas
42 envolvidas com a justiça e que se faz necessário um recorte para as questões da infância,
43 nas quais não se aplica a realização do boletim de ocorrência, uma vez que o fluxo e
44 procedimento é outro. Sra. Rejane Oliveira concordou com o posicionamento da Sra. Taís
45 Aguiar e endossou dizendo sobre a necessidade urgente de tratarmos destas situações.
46 Sra. Rejane Oliveira informou que após as 22 horas a Equipe de Rua de Adultos realiza o
47 trabalho do Serviço Especializado de Abordagem Social a crianças e adolescentes em
48 situação de rua e/ou trabalho infantil. Sra. Coordenadora Marina ressaltou sobre o furo no
49 que se refere a estatística da Guarda Municipal, estando demonstrado o número reduzido,
50 frente a realidade da demanda existente. Sra. Rejane indagou para a Sra. Luana NG
51 sobre a lacuna nos dados estatísticos da Guarda Municipal, sendo que Luana respondeu
52 que há um ano se discute essa situação e nada é resolvido, não há a criação de políticas
53 públicas e que por isso ocorre o esvaziamento nas reuniões da CMPETI. Sra. Luci Freitas
54 mencionou a diferença de olhares, entre: Assistência Social e Segurança Pública.
55 Pontuou ainda sobre o despreparo dos funcionários da Guarda Municipal no que se refere
56 ao atendimento das denúncias de situações de trabalho infantil de crianças e
57 adolescentes. Sra. Rejane explicou que a Urgência Social não atende só as questões da
58 Assistência Social. Sra. Coordenadora Marina destacou a necessidade de criação de uma
59 canal direto e efetivo para as questões que são peculiares da infância e da adolescência.
60 Sra. Rejane ressaltou que é necessário aprofundarmos este tema e deu o exemplo de
61 que esse canal direto poderia permanecer com a Secretaria Municipal da Defesa e
62 Cidadania, pontuando que o trabalho infantil perpassa por várias outras políticas públicas,
63 endossando que se caso esse canal retorne para a SEAS, provavelmente não dará certo.
64 Sra. Rejane acrescentou dizendo que sem uma estatística fiel das denúncias existentes,
65 dificilmente algo poderá ser feito. Acrescentou dizendo também que a demanda da
66 população adulta em situação de rua, possui questões muito parecidas ao que se refere
67 criança e adolescente. Sra. Luci Freitas – Colaboradora alegou que é necessário
68 conhecer os planos decenais, resoluções normativas no que se refere às políticas
69 públicas da criança e do e do adolescente. Sra. Marina lembrou a plenária de que o
70 município de Santos assumiu a tarefa de realizar um diagnóstico municipal diante da
71 temática do trabalho infantil e que deverá ser construído um cronograma com os

5
6

72 responsáveis pelas ações. Sra. Valeria Galloti destacou que esta temática deveria ser
73 também apontada no CMDCA, diante de sua imensa importância. A plenária aprovou a
74 proposta da Sra. Tais de articular através da Secretaria da Cidadania o diálogo e
75 integração entre as demais políticas, sendo levado como pauta ao CMDCA. Sra. Marina
76 ressaltou como segundo item da pauta, a eleição da nova Coordenação da CMPETI. Sra.
77 Valeria Galloti comunicou o recebimento de um ofício da SEAS, o qual aponta Sra. Marina
78 Penteado como Coordenadora da CMPETI. Sra. Marina enfatizou que permanecerá na
79 referida Coordenação até o mês de maio. Sra. Rejane relatou que acredita ser importante
80 a Coordenação ser ocupada pela sociedade civil. Sra. Luci Freitas sugeriu o envio do
81 convite para as entidades participarem das reuniões da CMPETI. Sra. Rejane sugeriu que
82 o CMDCA coloque no edital de projetos a importância da participação na CMPETI, como
83 critério a ser cumprido. No que se refere ao item 03 da pauta (Reuniões Itinerantes), a
84 próxima reunião da CMPETI, que ocorrerá em 19 de maio de 2016, será no CREAS da
85 Zona Noroeste, às 09 horas, situado na Rua Cananéia, 269 – bairro do Saboó. Foi
86 discutido entre todos de que nesta próxima reunião, seria importante a apresentação
87 desta comissão para os participantes e também serão tratadas as propostas para o dia 12
88 de junho, Dia Internacional do Enfrentamento ao Trabalho Infantil. Sra. Raquel Cuellar
89 pontuou sobre a reunião que ocorrerá no dia 02 de maio, com a DRADS, no que se refere
90 ao Fluxo de Atendimento ao Trabalho Infantil. Sra. Rejane informou que verificará junto à
91 SEAS quem ocupará a Coordenação da CMPETI, ressaltando que seria mais adequada a
92 coordenação pela sociedade civil. Sra. Valéria Galloti comunicou que providenciará o
93 transporte para a participação da reunião do mês de maio. Sra. Tais Aguiar solicitou o
94 envio de um ofício sobre a denúncia de um carrinho de pastel no qual existe um
95 adolescente na prática de trabalho infantil e quais foram as ações adotadas. Também
96 destacou a morosidade das ações de fiscalizações do Ministério Público do Trabalho e
97 Emprego. Sr. Leonel Lobo – Técnico de Referência do PETI – SEAS informou sobre as
98 ações que ocorrerão na Semana Mundial do Brincar, no período entre 22 à 28 de maio.
99 Sra. Raquel Cuellar sugeriu a participação das casas de acolhimento de Santos, para que
100 as crianças e adolescentes acolhidos possam participar e destacou a ação que será
101 realizada através do Serviço de Abordagem em alusão ao dia 18 de maio – Dia Nacional
102 do Combate ao Abuso e Exploração Sexual de crianças e adolescentes. Sra. Tais Aguiar
103 sugeriu que no mês de junho, na CMPETI, fosse realizada a apresentação do Serviço
104 Especializado de Abordagem Social a crianças e adolescentes em situação de rua e/ou
105 trabalho infantil – ASPPE, a qual foi explanada durante a reunião da CMAS, que ocorreu
106 no início deste mês. Sra. Tais destacou a importância da participação da Educação e

107 comunicou as articulações existentes entre a Secretaria Municipal de Educação e o
108 CAMPS. Sra. Rejane endossou a articulação entre as demais políticas, ressaltando que a
109 Assistência Social não dará conta do fenômeno do trabalho infantil, sozinha. Assuntos
110 gerais: Sra. Rejane informou sobre a inauguração do novo espaço do CRAS Centro, que
111 ocorrerá em 18 de abril, às 11 horas, na Rua Sete de Setembro, n. 42, sendo que no
112 mesmo espaço também estará a SECAFUR e SENUTRI. E sem mais nada a falar
113 encerra-se a reunião.

114
115
116
117
118
119

Marina Carvalho Penteado
COORDENADORA

Raquel Cuellar do Nascimento
SECRETÁRIA

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132